YURI JORDY NASCIMENTO FIGUEIREDO

**Licenciamento ambiental: instrumento de desenvolvimento regional ou
defesa do meio físico? Um estudo sobre as condicionantes
socioambientais**

Tese de Doutorado

Orientadora: Profa. Associada Dra. Ana Maria Nusdeo.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

YURI JORDY NASCIMENTO FIGUEIREDO

**Licenciamento ambiental: instrumento de desenvolvimento regional ou
defesa do meio físico? Um estudo sobre as condicionantes
socioambientais**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade do Estado de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Econômico e Financeiro, sob orientação da Professora Associada Ana Maria de Oliveira Nusdeo.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo – SP
2017

*Dedico este trabalho à memória de Glairson Dias
Figueiredo, que será sempre minha inspiração.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Arnaldo e Leonor, e meus irmãos, Gabriel, Danilo, Marina, Lorena e Álvaro pela criação fraterna, apoio total e educação constante, que me oportunizaram vencer com equilíbrio mais esta etapa;

À todos os meus familiares, pelo irrestrito apoio em toda vida, com apoio constante, e alegria, marca dessa família;

À Carolina, Lucas e Isadora (em breve) por todo o companheirismo, amor, aprendizados comuns e, sobretudo, pela paciência.

À professora Ana Maria Nusdeo, por tudo. E tudo mesmo. Pela serenidade, por ter acreditado até o fim, mesmo com a prorrogação de prazo, por toda atenção na sua orientação, mesmo à distância e mesmo nos momentos mais difíceis; pela sabedoria de lidar com seu orientando;

Aos meus sócios Tiago e Gustavo, por compreenderem e apoiarem, mais uma vez, o vencimento deste projeto. Muitas vezes estavam mais preocupados que eu com o término deste trabalho.

A todos os amigos, advogados(as) e estagiários(as) do Escritório Cunha, Jordy e Pinheiro Advocacia, com quem o aprendizado no dia-a-dia é constante.

Por fim, a todos os amigos que torceram e deram apoio para que conseguisse concluir esta etapa.

RESUMO

O Licenciamento ambiental é mais do que o principal instrumento de gestão ambiental previsto na lei da Política Nacional de Meio Ambiente. É um instrumento de promoção do desenvolvimento local, através das condicionantes sociais impostas pelo órgão licenciador.

Há, com razão, inúmeras críticas a imposição dessas condicionantes, sob a justificativa de que travam o licenciamento e aumentam sobremaneira o valor do empreendimento.

Todavia é preciso mitigar tais efeitos.

Esse cenário se desenvolve em regiões menos desenvolvidas e com abundância de recursos naturais, os quais possuem rigidez locacional. Mas as rendas oriundas da exploração não são absorvidas pelos entes públicos que deveriam por alguns acordos políticos na constituinte ou após ela, e isso fortalece a exigência das condicionantes novamente.

O objetivo deste trabalho é contribuir com o debate, reforçando a importância das condicionantes para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave:

Licenciamento Ambiental, Recursos não renováveis, condicionantes sociais

ABSTRACT

Environmental Licensing is more than the main instrument of environmental management provided for in the National Environmental Policy Law. It is an instrument to promote local development, through the social constraints imposed by the licensing officer.

There are, rightly, numerous criticisms the imposition of these conditions, under the justification that they block licensing and greatly increase the value of the enterprise.

However, such effects must be mitigated.

This scenario takes place in less developed regions with abundant natural resources, which have local rigidity. But the incomes from the minning are not absorbed by the public entities that they should by some political agreements in the constituent or after her, and this strengthens the exigency of the conditioners again.

The objective of this work is to contribute to the debate, reinforcing the importance of the constraints to the promotion of sustainable development.

Key words:

Environmental licensing, Non-renewable resources, social determinants

RÉSUMÉ

Licensing environnemental est plus que l'outil principal de gestion de l'environnement prévu par la loi la politique nationale de l'environnement. Il est un instrument de promotion du développement local, grâce à des conditions sociales imposées par l'autorité concédante. Il y a beaucoup de critiques à juste titre imposer de telles restrictions, au motif que attrapent les licences et augmentent considérablement la valeur de l'entreprise. Cependant, il est nécessaire d'atténuer ces effets. Ce scénario se développe dans les régions moins développées et avec beaucoup de ressources naturelles, qui ont la rigidité de localisation. Mais les revenus de la ferme ne sont pas absorbés par les entités publiques qui devraient par certains accords politiques dans le constituant ou après, et cela renforce l'exigence des conditions à nouveau. L'objectif de ce travail est de contribuer au débat, en soulignant l'importance des conditions pour la promotion du développement durable.

Mots-clés: autorisation environnementale, les ressources non renouvelables, les conditions sociales

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1. O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	11
1.1 Conceito e Origem do Licenciamento Ambiental.	13
1.2 O Licenciamento Ambiental na Constituição Federal de 1988.	17
1.3 Atividades passíveis de Licenciamento Ambiental.	18
1.4 O Processo Administrativo do Licenciamento Ambiental.	19
1.5 Análise das Licenças Ambientais.....	20
1.5.1 A Natureza Jurídica das Licenças Ambientais.....	21
1.5.2 Prazo de Validade das Licenças Ambientais e casos de Suspensão ou Cancelamento da Licença.....	26
1.6 Competências constitucionais para o Licenciamento Ambiental.	29
1.6.1 Competência Legislativa em matéria ambiental.....	28
1.6.2 Competência material e a Lei Complementar n. 140/2011.....	32
1.7 Outros instrumentos utilizados no Licenciamento Ambiental.	38
1.7.1 Avaliação Ambiental e os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).....	37
1.7.2 Participação Popular. Os comentários e as Audiências Públicas.....	40
1.7.3 Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).....	42
1.8 Conclusão do Capítulo e delimitação do tema.	45
CAPÍTULO 2. DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E SEU REFLEXO NO LICENCIAMENTO.....	45
2.1 Discricionariedade Administrativa e Conceitos Jurídicos Indeterminados. Aspectos teóricos.....	50

2.1.1 A Origem da Discricionariedade Administrativa: O próprio Princípio da Legalidade.....	48
2.1.2 A discricionariedade dos Conceitos Jurídicos Indeterminados	53
2.2 A relação entre os Conceitos Indeterminados e a legislação ambiental.....	61
2.3 A Discricionariedade Administrativa e os conceitos jurídicos indeterminados relacionados ao Licenciamento Ambiental.....	68
2.3.1 O conceito de Meio Ambiente	68
2.3.2 O Conceito de Desenvolvimento Sustentável.....	70
2.3.3 O conceito de ‘significativo impacto ambiental’.....	76.
2.4 Conclusão do capítulo.....	80
 CAPÍTULO 3. ESTUDO DAS CONDICIONANTES DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	83
3.1. Os Estudos Ambientais como subsídios para a emissão da licença e estabelecimento de condicionantes.....	84
3.1.1 Das diretrizes e dos conteúdos mínimos dos Estudos Ambientais.....	86
3.2 Classificação das condicionantes: Preventivas, Mitigadoras e compensatórias.....	91
3.3 O processo de definição das condicionantes.....	954
3.3.1. As Audiências Públicas como fórum de debate sobre as condicionantes.....	95
3.4 A intervenção de outros órgãos no estabelecimento das Condicionantes.....	98
3.5 Do critério da ‘razoabilidade’ para as exigências das condicionantes.....	105
3.6. Não cumprimento das condicionantes: Consequências e possibilidades legais....	108
3.7 As Condicionantes Sociais do Licenciamento. É juridicamente possível exigilas?.....	111
3.8 Problemas e Gargalos do estabelecimento das condicionantes sociais. Casos concretos que justificam a crítica às condicionantes sociais.....	115
3.9 Propostas Legislativas de alteração do Licenciamento Ambiental e exclusão das condicionantes socioambientais.....	122

3.10 Conclusão do Capítulo.....	124
---------------------------------	-----

CAPÍTULO 4. O LICENCIAMENTO DE PROJETOS DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NÃO RENOVÁVEIS - RNNR E A IMPOSIÇÃO DE CONDICIONANTES.....	127
--	------------

4.1 Conceito de Recursos Naturais e sua classificação.....	128
--	-----

4.2 A exploração dos Recursos Naturais Não Renováveis e Críticos – Mineração, Petróleo e Gás e Recursos Hídricos para a geração de energia elétrica.....	132
--	-----

4.2.1 Do tratamento jurídico equiparado ao uso dos Recursos Hídricos para geração de energia elétrica.....	138
--	-----

4.3 A questão da Rigidez Locacional.....	139
--	-----

4.4 Possuir recursos naturais no território é uma maldição ou uma dádiva?.....	144
--	-----

4.4.1 Economia Política dos Recursos Não Renováveis.....	145
--	-----

4.5 As receitas oriundas da exploração de recursos não renováveis – Minério, Petróleo e Recursos hídricos para geração de energia elétrica.....	154
---	-----

4.5.1 <i>Royalties</i> previstos no art. 20, §1º da Constituição Federal: Compensação Financeira ou Participação no resultado da exploração?.....	158
---	-----

4.5.2 Proposta de alteração do art. 20, §1º da Constituição Federal. Da cobrança de <i>Royalties</i> pela produção de energia eólica – Da Proposta de Emenda Constitucional – PEC n. 97/2015.....	160
---	-----

4.5.1 Rateio Constitucional dos <i>Royalties</i>	162
--	-----

4.6 Existe relação entre os <i>Royalties</i> e os impactos (<i>latu sensu</i>) gerados pela instalação de projetos de exploração de Recursos naturais não renováveis?.....	168
--	-----

4.7 O Licenciamento Ambiental e a relação com os projetos de exploração de Mineração, Petróleo e Hidrelétrica.....	172
--	-----

4.7 Conclusão do capítulo.....	174
--------------------------------	-----

CAPÍTULO 5. A COMPLEXIDADE REGIONAL: A AMAZÔNIA NO CONTEXTO DO LICENCIAMENTO E O USO DAS CONDICIONANTES SOCIOAMBIENTAIS COMO CONTRAPONTO AO (IM)PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO.....	175
5.1 Desigualdades regionais e Política Tributária.....	179
5.1.1. A Política de desoneração de impostos estaduais (ICMS) sobre a exportação de produtos minerais – A Lei Kandir (Lei Complementar n. 87/96).....	179
5.1.2 A Política de tributação de Energia (ICMS) “no Destino”.....	184
5.2. Sugestões para solucionar o impasse entre necessidade de manutenção das condicionantes sociais x Limitação legal para sua imposição.....	190
5.2.1 Necessidade de reequilíbrio federativo.....	191
5.2.2 Necessidade de reequilíbrio federativo.....	193.
5.2.3 Definir em lei um valor limite para o estabelecimento de condicionantes socioambientais.....	194
CONCLUSÃO.....	196

INTRODUÇÃO

O licenciamento ambiental tornou-se um dos pontos mais controvertidos do Direito Ambiental. Este instrumento, instituído pela Lei 6.938/81 junto a outros integrantes da Política Nacional do Meio Ambiente, foi concebido como parte de um sistema de gestão ambiental no intuito de garantir, na prática cotidiana, o equilíbrio entre o exercício da livre iniciativa na intervenção econômica e a preservação do meio ambiente, a fim de que este seja usufruído pelas futuras gerações.

É através do Licenciamento que a Administração Pública faz o controle prévio das atividades econômicas utilizadoras de recursos naturais ou que ocasionará em danos ao meio ambiente. Portanto, sua utilização está atrelada ao exercício do Poder de Polícia estatal na esfera da proteção ambiental.

Contudo, o dia-a-dia tem mostrado que, por inúmeras razões, os demais instrumentos não vêm cumprindo suas funções de maneira muito efetiva, o que acarreta em uma certa superutilização do licenciamento como redentor dos conflitos ambientais e do *desenvolvimento sustentável*.

Essa premissa faz aumentar a pressão sobre o referido instrumento, que frequentemente é palco de controvérsias que não deveriam ser resolvidos em seu bojo. E essa pressão, adicionado ao fato de que prescinde de um ato administrativo para iniciar inúmeras atividades econômicas, faz do licenciamento, na visão de boa parte de produtores e empreendedores, um obstáculo que trava inúmeros empreendimentos no país.

As questões controversas são tantas, que se fez necessário promover um recorte do tema. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar as medidas mitigadoras e/ou compensatórias, também conhecidas como “*condicionantes ambientais*”, impostas pelo Estado (leia-se órgão licenciador) aos empreendedores. E o enfoque desta pesquisa recairá sobre o conteúdo social destas medidas, incluídas num conceito de “socioambientalismo”. Este assunto tem despertado muita controvérsia, sobretudo nos Estados da Amazônia, onde os grandes e recentes empreendimentos incluem extensas condicionantes sociais no licenciamento Ambiental.

Como cabe à discricionariedade do órgão licenciador a imposição dessas condicionantes, essas exigências são passíveis de pressões de vários lados: Governos, empreendedores, comunidades locais (sociedade civil organizada) e Ministério Público, por

exemplo. E isso ocorre porque não há critérios ou parâmetros jurídicos prévios para a sua imposição. Tudo pode ser incluído ou mesmo “negociado” no licenciamento, inclusive condicionantes sobre as quais recaem diversas críticas de atores do meio produtivo no sentido de que, por sua essência, não deveriam ser custeadas pela iniciativa privada, mas sim pelo Poder Público¹.

Tal descontentamento tem alvo definido: As atividades de maior repercussão na região de maior complexidade. Isso porque os conflitos ficam evidenciados em casos de licenciamento de grandes projetos de infraestrutura para o país, que, coincidentemente, estão sendo planejados para se instalar em regiões historicamente carentes de políticas públicas e desenvolvimento humano. É o caso da mineração e de instalação de Usinas Hidrelétricas, por exemplo, que são atividades estratégicas e que geram, em sua grande maioria, significativo impacto ambiental na Amazônia, região que detém, naturalmente, as características geofísicas para estes empreendimentos e para a geração destes impactos.

Este tema encontra-se em ponto de ebulição Política e legislativa no Brasil, o que pode levar à interessantes debates jurídico-doutrinários e, finalmente, à formação de jurisprudência coesa sobre o tema². Primeiro, porque estas atividades são consideradas, pelo potencial geográfico e geológico do país, como estratégicos não só pelo viés econômico, mas por questões de soberania nacional³. Segundo porque está em tramitação um projeto de lei que pretende instituir uma Lei Geral do Licenciamento ambiental, regulamentando a matéria em um único instrumento normativo. E essa questão das condicionantes é ponto-chave neste projeto⁴, remetendo a uma importante proposta de alteração.

¹ Através de Políticas Públicas, em cada um dos entes.

² O que se tem visto sobre o tema é uma total desarmonia das decisões judiciais sobre os diversos conflitos que surgem sobre as condicionantes. Analisando empiricamente, os juízes de primeiro grau, talvez por maior proximidade física com a demanda, julgam de uma forma (mais regionalizada) enquanto os Tribunais, por sediarem-se em centros estaduais ou nacionais, tendem a reformar as primeiras decisões. Ver SCABIN, Flávia S.; PEDROSO, Nelson S. e Cruz, Julia C. Judicialização de grandes empreendimentos no Brasil: uma visão sobre os impactos da instalação de usinas hidrelétricas em populações locais na Amazônia. *Revista Pós Ciências sociais*, v 11, n 22, jul/dez, 2014, p. 129-150.

→ nota da turma da FGV

³ No caso da geração de energia elétrica, seja através de recursos hídricos, seja por combustíveis fósseis. Lembrando que as disputas por tais recursos geraram diversos conflitos, guerras, etc, mundo afora.

⁴ No parecer do Relator do projeto de lei n. 3.729/2004, Deputado Mauro Pereira - PMDB/RS, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, restou claro que a questão das condicionantes socioambientais é um problema para o licenciamento, principalmente em relação aos seus custos. No setor hidrelétrico, por exemplo, o valor das condicionantes socioambientais representa, em média, 12% do valor das obras de construção das Usinas. No caso da UHE de Belo Monte, esse patamar chegou a 20% do total. Disponível em

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1516108&filename=Tramitacao-PL+3729/2004. P. 5-6.

O desafio se agrava em períodos de crescente escassez de recursos e de energia, o que leva governos a buscar formas de acelerar seu processo de geração/produção. No Brasil, devido a pressões ambientais e econômicas contra as Usinas Termoelétricas (altamente poluentes e mais caras), houve uma grande expansão do setor hidrelétrico, que se tornou, hoje, o principal meio de geração de energia, deixando as termoelétricas, atualmente, como forma de geração complementar de energia. E para este tipo de matriz energética, a Amazônia (principalmente nos estados do Pará e Rondônia) é a região onde se concentram os maiores atrativos geográficos, atraindo os vários projetos de construção de Usinas Hidrelétricas nesta região.

No âmbito da mineração, a importância está no fato de ser uma das mais antigas e mais importantes atividades econômicas no mundo moderno, pois fornece à indústria uma ampla variedade de insumos, movimentando, assim, grande quantidade de riqueza. Adiciona-se a isso o fato de o Brasil ser considerado naturalmente um “país mineiro”, devido a sua história desenvolvida com importantes ciclos de exploração de minérios, bem como pela diversidade de recursos minerais mapeados no subsolo brasileiro⁵. E, seguindo o exemplo da geração hidrelétrica, a Amazônia também será a grande fronteira a ser desbravada pela mineração⁶, com vários projetos de grande envergadura e que demandam uma infraestrutura tão grande quanto, sendo instalados na região, mesmo com ainda grandes vazios de levantamento geológico.

Ademais, por conta desses fatores, é relevante destacar o marco jurídico que regula essas atividades, especialmente quanto à contraprestação dos empreendimentos ao Poder Público. Trata-se dos *Royalties* cobrados tanto pela produção de energia hidrelétrica quanto da exploração mineral, cuja cobrança geralmente é associada aos impactos ambientais gerados pelos projetos nos estados e municípios onde estão instalados.

Sobre o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, destaca-se a expansão na instalação de grandes Usinas, que geram, por consequência, um aumento substancial de geração de *Royalties hidrelétricos*, ou, tecnicamente, da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH).

Já na mineração, merece especial atenção a cobrança dos *Royalties Minerários* – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que tende a

⁵ Além do que a atividade de mineração possui importante papel na economia brasileira, respondendo pela fatia aproximada de 5% do PIB brasileiro.

⁶ *Idem*. p. 58. Por exemplo o Projeto S11D, no município de Canaã dos Carajás, no Pará.

sofrer relevante propulsão devido a alteração prevista no Novo Marco da Mineração, ainda pendente de votação no Congresso Nacional⁷.

Ponto importante neste debate é a questão da exploração de Petróleo, responsável pela maior receita de *royalties* dentre todas as atividades, mas conta com uma questão particular: A exploração deste recurso no Brasil é, em boa parte, no mar (*off shore*), o que, diferente dos anteriores, minimiza os impactos pela instalação do empreendimento, mesmo expondo a maior risco em casos de acidentes.

É por isso que, nesta atividade, não vemos grandes debates acerca da imposição das condicionantes. Isso reforça, portanto, que a maior parte dos questionamentos ao Licenciamento e às condicionantes socioambientais voltam-se aos dois fatores em conjunto: (i) exploração de recursos naturais não renováveis (ii) que devam ter seu planejamento de instalação em regiões com menor desenvolvimento humano, em especial a Amazônia, considerada a próxima fronteira do capitalismo mineral e hidrelétrico no país.

Essa relação entre os dois fatores nasce por um motivo bem claro. É nestas regiões geográficas que o empreendedor irá executar obrigatoriamente esses projetos, pois são dados pela *Rigidez Locacional* – conceito a ser explicado detalhadamente no decorrer do trabalho. E isso traz a obrigação deste trabalho a enfrentar as consequências à sociedade que a exploração de recursos naturais não renováveis⁸ geram, atraindo inclusive o riquíssimo debate sobre o conflito desenvolvimento sustentável x exauribilidade dos bens naturais, inclusive sob a característica da

E é exatamente devido à *Rigidez Locacional* destas atividades concentradas em regiões de grande densidade ambiental e baixo desenvolvimento econômico e social – Amazônia, por exemplo – que as contradições expostas neste trabalho emergem cristalinamente.

A conjunção dessas duas características leva, naturalmente, a um maior envolvimento da população e das instituições nestes projetos, o que acaba por incluir, geralmente, muitas condicionantes sociais que não teriam, em tese, nenhuma relação com o empreendimento ou com o impacto gerado diretamente. E aí vem o outro lado do conflito:

⁷ Projetos de Lei ns. 37/11 e 5807/13.

⁸ Pedimos a “Licença técnica” para incluir os recursos hídricos utilizados para a geração de energia no mesmo tratamento jurídico conferido aos bens não renováveis”.

A imposição de condicionantes sociais no licenciamento ambiental obedece à algum critério? Há limites para esta inclusão?

Este problema tem gerado constantes manifestações de incômodo do Estado, de empreendedores e da doutrina com o lento e burocrático processo de Licenciamento Ambiental, especialmente em relação à imposição de condicionantes socioambientais que, não raro, acabam sendo responsáveis por boa parte deste atraso na emissão das Licenças e no alto custo adicionado aos projetos. Foi este incômodo que resultou em um claro movimento de flexibilização ou exclusão das condicionantes socioambientais do processo de Licenciamento, o que, sem dúvida, é um imenso retrocesso.

Por outro lado, também é compreensível os reclamos de empreendedores, já que, de fato, a imposição ilimitada de medidas socioambientais não mensuráveis *a priori* gera um considerável aumento nos custos do projeto, o que diminui, obviamente, o lucro e, conseqüentemente, o interesse dos responsáveis por esses empreendimentos que, diga-se, são estratégicos para a economia nacional e local.

Esses são alguns fatores que nos levam a enfrentar o desafio de desenvolver um trabalho voltado ao que achamos ser uma das principais causas pendentes de discussão no Licenciamento Ambiental. Não pretendemos abordar aqui questões correlatas, como a definição de competências, recentemente resolvida, mal ou bem, pela Lei Complementar n. 140 de 2011. O foco do trabalho será na segurança jurídica, através da legalidade, prudência e viabilidade, sob o olhar desenvolvimentista que pretensiosamente pretendemos emprestar, ao critério de definição das condicionantes socioambientais.

Portanto, a questão de fundo apresentada aqui é: Compreendendo esta relação exposta acima, quais são os critérios que são ou devem ser lançados para a definição das condicionantes ambientais? Essas condicionantes podem envolver aspectos sociais? Em que medida ou quais limites? Não havendo, cabe a limitação?

Constata-se que não há ainda aparato legal e institucional consolidado que discipline de que forma as condicionantes sociais fazem parte do conceito de “meio ambiente” ou de “sustentabilidade”, bem como o quanto e como mensurar quais os reais efeitos (econômicos, ambientais e sociais) gerados por atividades de grande capital intensivo como estas em regiões carentes de desenvolvimento, em paralelo à já condição de carência antes mesmo do empreendimento.

Ao que se vê, a proposta normativa – que pretende vincular as condicionantes gerais do licenciamento aos impactos diretos – não responde a essas questões, pela própria vagueza normativa.

A hipótese deste trabalho, portanto, é a de que o estabelecimento de condicionantes sociais é plenamente possível no licenciamento ambiental, devido a sua própria natureza e das características dos conceitos imersos no direito ambiental. Não há como excluir. No entanto, reconhece-se que há, de fato, exagero na estipulação dessas obrigações, o que influencia o desenvolvimento dos empreendimentos e fomenta a irresponsabilidade administrativa de representantes estatais.

E isso justifica a limitação normativa clara e objetiva, conferindo segurança jurídica e econômica aos empreendedores, agilidade ao licenciamento e possibilidade de mitigação de consequências sociais da instalação deste tipo de empreendimento, claramente pertencentes ao conteúdo conceitual do “desenvolvimento sustentável” e do “meio ambiente”, especialmente em casos onde as diferenças regionais são evidentes.

Especificamente, pretendemos abordar aqui as razões pelas quais as condicionantes sociais não apenas são permitidas pela legislação, mas também não podem ser suprimidas sob pena de negar a construção dos conceitos envolvidos no Direito Ambiental, especialmente “meio ambiente” e “desenvolvimento sustentável”.

Por outro lado, ao reconhecer as críticas, admite-se não só a possibilidade, mas a necessidade de haver limitações jurídicas no estabelecimento de condicionantes. Assim, em que sentido uma regulamentação da questão pode fornecer segurança jurídica e, ao mesmo tempo, abertura para a realização de valores desenvolvimentistas? As condicionantes deveriam (ou poderiam) ser excluídas do processo de Licenciamento e discutidas em outras esferas? Deve haver mudanças na legislação?

Buscaremos apresentar respostas ao(s) problema(s) acima apresentado(s) em 5 capítulos.

No primeiro, vamos apresentar um panorama legal e conceitual do Licenciamento Ambiental e tudo que o cerca, enfatizando as questões já definidas, o que explicará a escolha do tema como uma das questões ainda pendentes e passíveis de pressões de toda ordem.

Questões como o histórico da legislação ambiental e do licenciamento em especial, até a constitucionalização da questão, espécies e natureza jurídica das licenças, procedimento até a sua obtenção e temas relacionados ao licenciamento serão abordados neste capítulo, no intuito de conferir ao leitor mínima base teórica para compreender o problema de fundo.

No segundo capítulo, abordaremos a questão da discricionariedade administrativa e dos conceitos jurídicos indeterminados, relacionados à legislação ambiental. A justificativa do capítulo será comprovar que boa parte dos problemas do Licenciamento ambiental quanto à imposição das condicionantes estão atreladas à falta de precisão normativa que os próprios termos-chave do Direito ambiental possuem, abrindo brechas interpretativas, tanto para os órgãos técnicos responsáveis pelo licenciamento, como para o próprio Poder Judiciário que, devido a estes próprios fatores, sempre fará a sindicância judicial do Licenciamento Ambiental.

Posteriormente, no terceiro capítulo, falaremos sobre as condicionantes ambientais do processo de licenciamento. Sabendo-se que os conceitos jurídicos dos termos utilizados no licenciamento, especialmente quanto aos danos ambientais, deixam lacunas interpretativas, será preciso definir o que compreende, de fato, as condicionantes do licenciamento ambiental. O que pode ser incluída? O que não deve ser incluído? Que tipos de obrigações o órgão licenciador pode impor ao empreendedor para iniciar sua atividade? Qual a segurança jurídica do empreendedor para que não fique à mercê de grupos da sociedade civil organizados ou não, o que terá direto reflexo na imposição das condicionantes? É o que o capítulo tratará.

No Quarto e no quinto capítulos, pretendemos expor as principais características dos dois fatores envolvidos neste trabalho. Primeiro, os recursos naturais não renováveis. Num país ainda bastante identificado como produtor de bens primários, cuja economia é baseada nestes recursos, uma política econômica deve orientar para a utilização dessa característica em direção ao desenvolvimento da economia brasileira, com maior diversificação e industrialização, produção de serviços e tecnologia.

Para isso, é preciso decidir o que fazer com estes recursos. Extraí-los e transformá-los em renda, que poderá ser usada também para o desenvolvimento de futuras gerações ou entesourar os recursos para não reforçar uma identificação – maior ainda – com uma economia baseada em produtos primários que têm imenso prejuízo nas relações

econômicas com produtos importados altamente agregados em valor? É uma decisão necessária a se tomar democraticamente.

Contudo, essa decisão perpassa pelo licenciamento ambiental e, não poderia deixar de ser, pela imposição as condicionantes. Como a *rigidez locacional* “empurra” os empreendedores para os locais onde os têm, é possível que recaia em regiões menos desenvolvidas, facilitando ocorrer o problema indicado neste trabalho.

É disso que tratará o quinto capítulo. A região amazônica é naturalmente atrativa a estes empreendimentos. E sendo assim, devido ao desequilíbrio imposto pela relação federativa nacional, os impactos destes projetos têm consequências mais impactantes ainda.

Por fim, concluiremos expondo nossa posição quanto à legalidade e possibilidade da imposição das condicionantes sociais do licenciamento, mas, reconhecendo certos exageros, indicar sugestões possíveis para minorar os efeitos que essa imposição desmedida ocasiona. Pelo que achamos ser um norte possível, dado pelo ordenamento jurídico brasileiro, que não exponha as regiões menos desenvolvidas a não compensarem os impactos – diretos e indiretos – do licenciamento ambiental, mas reconheça que haja exageros que precisam ser limitados.

CONCLUSÃO

O presente trabalho propôs, como plano principal, discutir profundamente as regras de estabelecimento das condicionantes sociais do Licenciamento Ambiental, a partir de uma ótica comedida sobre as posições que ganham força no cenário acadêmico, jurisdicional e político-legislativo, no sentido de excluir as condicionantes sociais do processo de licenciamento ambiental, por serem, muitas vezes, afeitas a obrigações que (i) estão relacionadas à Políticas Públicas, ou seja, vinculadas à obrigações que, na verdade, seriam originariamente do Poder Público e; (ii) quando são incluídas no licenciamento, representam um imenso incremento no custo inicial dos empreendimentos, impossível de ser vislumbrado no momento da decisão sobre empreender ou não.

Não são, obviamente, em todos os licenciamentos que ocorrem estes fenômenos. Empreendimentos simples, urbanos, localizados em regiões com bom padrão de desenvolvimento e que tenha minimamente razoáveis as prestações de serviços Públicos, pouco sofrem com isso. Mesmo porque se sofressem, o empreendedor teria plena liberdade de escolher outra localidade, outro tipo de negócio ou simplesmente por querer lidar com outro órgão licenciador. Nada prende o empreendimento à região geográfica inicialmente prevista.

Há também os empreendimentos localizados em regiões mais afastadas dos centros urbanos. Estes tendem a sofrer mais. Não é por nada além do fato de que a comunidade e o Poder Público locais, criam muitas expectativas com a chegada do empreendimento, seja pela geração de empregos, seja pelo incremento econômico indireto ou pelo aumento de receitas tributárias. Assim, acabam exigindo contrapartidas, inclusive no licenciamento, maiores para a instalação dos mesmos.

Nestas situações, o responsável pelo empreendimento também tem a opção de não aceitar e construir seu negócio – comércio, indústria ou serviços – em outros locais, no município vizinho ou em outro estado.

Contudo, situação diferente enfrentam os empreendimentos vinculados à localidade regional por conta da *Rigidez Locacional*, como é o caso da exploração dos recursos naturais não renováveis – mineração e petróleo e gás – e a exploração de recursos hídricos para a geração de energia elétrica, por exemplo. Nesses casos, especialmente os

primeiros por conta do esgotamento dos recursos, há uma relação mais difícil entre a empresa e a comunidade local, que geralmente resulta na inclusão de muitas e custosas condicionantes ambientais que acabam pesando sobre o plano de investimentos e gerando muita insegurança jurídica para projetos.

A principal deturpação é que essas atividades podem ser consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, que deve promover ou facilitar a exploração dos mesmos a partir da orientação de sua própria Política Econômica. E sob essa justificativa, parcela de governos, iniciativa privada e acadêmicos ressaltam a necessidade de flexibilizar o licenciamento ambiental, excluindo a imposição de condicionantes sociais, as que mais oneram e atrasam o início das atividades, em média.

A justificativa é mais do que verdadeira. De fato, o licenciamento representa, atualmente, um entrave no fator “tempo” para a emissão das licenças, muitas vezes atraso este relacionado à imposição das condicionantes sociais.

Mangabeira Unger afirmou³⁵⁹ que nada é mais discricionário do que o Direito Ambiental e o licenciamento, ressaltando a questão da “anomia”, ou melhor, a ausência de leis claras e objetivas, e ausência de uma Avaliação Ambiental Estratégica, que norteie a direção das políticas públicas nas áreas de interesse.

Em suma, o autor está correto. Mas além da alta discricionariedade, há, na verdade, um extenso rol de *conceitos jurídicos indeterminados*, que conferem essa ampla margem de discricionariedade ao órgão ambiental. E um desses conceitos vagos e imprecisos é da expressão “significativo impacto ambiental”. Aliás, o próprio termo “ambiental” ou “meio ambiente”, que lhe faz parte, também o é.

Este é o maior argumento favorável à legalidade e constitucionalidade³⁶⁰ das condicionantes sociais. Elas fazem parte tanto da abrangência conceitual quanto (na verdade, por isso) da abrangência normativa de “impacto ambiental”.

Outro argumento favorável é quanto ao fato de que, a maioria das exigências abusivas ou irrazoáveis ocorreu em empreendimentos de exploração de recursos minerais ou hídricos para geração de energia, e na Amazônia, por conta da rigidez locacional.

³⁵⁹ Nota no Capítulo 2.

³⁶⁰ Há quem defenda a inconstitucionalidade das condicionantes sociais. Ver Marcos Abreu Torres (Disponível em <http://www.valor.com.br/legislacao/4216090/mediocridade-no-licenciamento-ambiental>.)

Atividades como estas são estratégicas para o desenvolvimento de um país ou uma localidade. A depender de como um Estado nacional ou federado lidar com essas atividades, elas podem vir a ser uma “maldição” ou uma “dádiva”.

O principal instrumento para cada um dos caminhos a seguir é o que fazer com as rendas – diretas e indiretas – oriundas da exploração destes recursos.

As rendas diretas são os *royalties*, preços públicos pagos pela alienação de um bem. Essas receitas são originárias à União e transferida, boa parte, para estados e municípios.

Vimos que os *royalties* não têm relação alguma com critérios ambientais, mesmo que se tenha notícias que um dos argumentos levantados por aqueles constituintes que reclamavam o recebimento de *royalties*, o fizeram sob a justificativa de compensação ambiental. O que importa, nesta natureza, é que não há vínculo algum dos *royalties* com critérios ambientais. O motivo da inclusão e rateio destas receitas originárias foi meramente *político*.

Sobre as rendas indiretas, vimos que os estados mineradores sofreram duas perdas que mostram evidências de um desequilíbrio federativo. A lei Kandir, no tocante à exoneração do ICMS dos minérios exportados e a exceção à regra da tributação “na origem” para a energia elétrica, a qual foi instituída a regra inversa, de tributação “no destino”.

Ambas rendas que seriam oriundas das atividades minerárias, petróleo e seus derivados, bem como de energia elétrica, aos estados que sofrem os graves impactos ambientais e sociais da chegada de um empreendimento desse tamanho, como não ficam no “estado produtor”, representam perdas financeiras enormes, que poderiam fazer frente aos mais variados investimentos em dinamização econômica e, ao fim, de desenvolvimento humano local.

Tendo este cenário como dado, não podemos concordar em flexibilizar a exigência de condicionantes sociais. Elas acabam sendo, mesmo que no seio do licenciamento, um único motor de desenvolvimento local, obviamente quando há alguma relação com a atividade ou os impactos – diretos e indiretos – por ela gerada.

Voltando às críticas do setor empresarial e outros – das quais devemos concordar –, sugerimos como solução mediada a adoção de alguns parâmetros para a manutenção da exigência das condicionantes sociais, mas sem o exagero de praxe, quando é caso. (i) O

primeiro é a revisão do pacto federativo, permitindo com que os “estados produtores” refaçam jus às receitas antes devidas.

O segundo, uma sugestão parcial, é a adoção de auto-licenciamento pelo poder público antes de fazer as concessões dos empreendimentos. Desse jeito a iniciativa privada já tem noção do que e quanto, mais ou menos, irá gastar com o projeto. É mais segurança jurídica, o que atrairá mais interessados, sem dúvidas.

O terceiro é a adoção de um limite percentual do investimento inicial, definido em lei, para que os responsáveis pelas atividades licenciadas devam gastar em condicionantes sociais.

Este instrumento já existe na legislação, relacionada à compensação anterior a que faz respeito a Lei n. 9.885/00, ao instituir a chamada “compensação ambiental do SNUC”. A proposta é no processo de licenciamento. Além da legalidade da imposição delas, decorrentes da vagueza conceitual e normativa da matéria ambiental, elas são importantes instrumentos – talvez dos únicos – que permitam esse diálogo entre desenvolvimento e exploração de recursos naturais, mesmo que no seio do licenciamento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O desenvolvimento sustentável. Qual é a estratégia para o país? **Caderno Novos Estudos**, n. 87, julho 2010, p. 97-114.

ABRUCIO, Fernando Luiz e FRANZESE, Cibele. **Federalismo e Políticas Públicas: o Impacto das Relações Intergovernamentais no Brasil**. Disponível em: http://www.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh_escola/arquivos/pdf/paper-federalismo-fernando-abrucio.pdf

AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº. 2005.39.02.001667-1, tramitando na 2ª Vara Federal, do TRF da 1ª Região, seção Pará. – Petição Inicial (Ministério Público Federal – MPF).

ALMEIDA, Julian Garcia Alves. **A Construção Social da Gestão Ambiental dos Recursos Minerais**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2003.

ALONSO, Ângela; e COSTA, Valeriano. Dinâmica Participação em Questões Ambientais: uma análise das Audiências Públicas para o Licenciamento Ambiental do Rodoanel, *In: Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Ed. 34, 2004. p. 290-312.

AMAPÁ. Assembleia Legislativa. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da ICOMI**. Macapá, 1999

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

_____. **Direito Ambiental**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.

ARAUJO, Marinella Machado; BARCELOS, Renato de. Abreu. **Além da legalidade, a legitimidade: Novas possibilidades para a discricionariedade administrativa no paradigma do estado democrático de direito**. *In: Maria Lírida Calou de Araújo; Mendonça, Irene Patrícia Nohara.. (Org.). XXII Encontro Nacional do CONPEDI / UNINOVE Tema: Sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade*. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2013, v. p. 48-77.

ARAÚJO, Neide. **Os Rumos do Licenciamento Ambiental da Mineração no estado de São Paulo. Estudos de caso do licenciamento de bens minerais de uso imediato na construção civil.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas-SP. Instituto de Geociências, 2000.

ARAÚJO, Sarah Carneiro. **Licenciamento Ambiental no Brasil. Uma análise jurídica e jurisprudencial.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

ATHIAS, Daniel Tobias. Direitos Sociais no Licenciamento Ambiental. **Jornal Valor Econômico.** 11/03/2015.

ATTANASIO JUNIOR, Mario Roberto; ATTANASIO, Gabriela Muller C. O Dever de Elaboração e Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico e a Efetividade do Licenciamento Ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, v. 43, p. 203-221, 2006.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios:** da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros. 2009.

BANCO MUNDIAL. **Licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos no Brasil: uma contribuição para o debate.** Relatório-síntese. 2008.

BANDEIRA DE MELLO, celso Antônio. **Discrecionariedade e controle judicial.** 2ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 1998;

BARACHO, José Alfredo de O. Teoria Geral dos Conceitos Legais Indeterminados. **THEMIS: Revista da ESMEC / Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará.** Fortaleza. v.2, n.2, 1999.

BARRETO, Maria Laura (coord.). **Ensaio sobre a Sustentabilidade da Mineração no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral - CETEM, 2002.

_____. **Mineração e Desenvolvimento sustentável; desafios para o Brasil.** Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2001.

BARROSO, Luis Roberto. A proteção do meio ambiente na Constituição Brasileira. **Revista Forense.** V. 317 (Jan./Fev./Mar. - 1992). Rio de Janeiro: Forense, 1992.

BECHARA, Erika. **Licenciamento e Compensação Ambiental na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**. São Paulo: Atlas, 2009.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco. Rumo a uma outra modernidade**. Tradução: Sebastião Nascimento. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2011;

BEDRAN, Elias. **A mineração à luz do Direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Alba, 1957.

BELCHIOR, Germana Parente Neiva. **Fundamentos Epistemológicos do Direito Ambiental**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós Graduação em Direito. Florianópolis, SC. 2015.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos e. Constitucionalização do ambiente e ecologização da Constituição brasileira. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (org.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 4. ed. São Paulo : Saraiva, 2011. p. 77-150. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/40520>

_____. A proteção do meio ambiente nos países menos desenvolvidos: O caso da América Latina. **Revista de Direito Ambiental** n. 0. p. 102-103. São Paulo: Ed. RT, 1995

BERCOVICI, Gilberto. **Direito Econômico do Petróleo e dos Recursos Minerais**. São Paulo: Quartier Martin, 2011.

_____. **Desigualdades Regionais, Estado e Constituição**. São Paulo: Ed. Max Limonad, 2003.

BEZERRA, Luiza C. Mecanismos de aceleração para o licenciamento ambiental aplicado às fases de exploração e produção de petróleo e gás natural. **Revista do Direito da Energia**. Nº. 7, 2008, p 13-53.

BIM, Eduardo Fortunato. **Licenciamento Ambiental**. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora Lumen Juris, 2014.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 10ª impressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BORGES, Cláudia (tut.). Desenvolvimento Sustentável De Juruti e entorno. **Projeto Conexão local**. São Paulo: EASEP/GVPesquisa, 2008.

BOSCO, Estevão Mota Gomes Ribas. **Ulrick Beck: a teoria da sociedade de risco mundial**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP : 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Diretoria de Ecossistemas do IBAMA. Joésio Deoclécio Pierin Siqueira (coord.). **Reserva Biológica do Rio Trombetas**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente – MMA, 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / Superintendência Regional 30 / Procuradoria Federal Especializada (INCRA/SR-30/PFE). Minuta de Parecer, 2009 (Mimeo).

BRASIL. **Plano Nacional de mineração – 2030. Geologia, Mineração e Transformação Mineral**. Brasília: Ministério de Minas e Energia - MME, 2011.

BRASIL, Tribunal de Contas da União – TCU. **Cartilha de licenciamento ambiental** -- 2.ed. -- Brasília: TCU, 4a Secretaria de Controle Externo, 2007.

BRASIL, **Anais da Assembleia Nacional Constituinte**. Câmara Federal. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/anais-da-assembly-nacional-constituinte.

BRASIL, Secretaria de Assuntos estratégicos. UNGER, Mangabeira. .Disponível em: http://www.law.harvard.edu/faculty/unger/portuguese/pdfs/11_Licenciamento_ambiental1.pdf. Acesso em: 09/01/2016.

BRESSER_PEREIRA, Luiz Carlos. Existe Doença Holandesa no Brasil? Trabalho apresentado ao IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, publicado no livro **Doença Holandesa e Indústria**. Editora FGV, 2010. pp. 207-230.

BRÜSEKE, Franz. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In. **Desenvolvimento e Natureza, Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil, 2003.

CAMPOS, João Henrique Castanho de. **O Licenciamento Ambiental e a desativação de empreendimentos minerários no Estado de SP.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas-SP. 2007.

CAMPOS, Ana C. de P. R. e Arruda. **Compensação financeira por exploração mineral: considerações acerca da sua natureza jurídica.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas-SP. 2003.

CANÇADO, Maria de Lourdes Flecha de Lima Xavier. **Os Conceitos Jurídicos Indeterminados e a discricionariedade administrativa.** Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (orgs.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro.** 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARDOSO, Ana Lúcia; BRENDLER, Karina. **O licenciamento ambiental na mineração e sua efetiva relação com o meio ambiente levando em conta o que preceitua o artigo 225, parágrafo 2º da Constituição de 1988.** Anais do XVII Congresso do CONPEDI, 2008, p. 1459-1475.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa.** Trad. Raul de Polillo. 2ª edição. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1969.

CASARA, Marques. **Mineração predatória na Amazônia brasileira: cinco décadas de irresponsabilidade social e ambiental no estado do Amapá.** Florianópolis-SC: Publicação Observatório Social. 2003. Disponível em <http://www.observatoriosocial.org.br/download/mineracao.pdf>. Acesso em 09/08/2012.

CAVALCANTI, Clóvis (org.) **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** 4ª edição. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores). **Relatório de Impacto Ambiental que integrou o pedido de licença prévia do empreendimento minerário da ALCOA no Município de Juruti, Pará,** 2005.

CNI – confederação Nacional da Indústria. **Licenciamento Ambiental: Propostas para aperfeiçoamento.** Brasília: CNI, 2014.

COELHO, M. & MONTEIRO, M. **Verticalização da Produção e variedade de situações sociais no espaço funcional do alumínio nos baixos vales do Amazonas e Tocantins**. In: Território/LAGET, UFRJ. Ano VII, n. 11, 12 e 13 (Jul 01 Dez 02). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

COIMBRA, José Ávila Aguiar. **O outro lado do meio ambiente**. Campinas: Ed. Millenium, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COMPARATO. Fábio Konder. **A Afirmação histórica dos Direitos humanos**. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA, Eduardo J. M.; CARMO, Eunápio Dutra; Patrício, Júlio César S.; LIMA, Milene Conde Maués; TAVARES, Raul da R.; FERNANDEZ, Rodrigo Dias; AGUIAR, Simone Furtado; REIS, Walery Costa. O Projeto Juruti Sustentável: Uma proposta alternativa de Desenvolvimento territorial? In. **Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial. Grandes Minas**. Vol. I. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. p. 69-96.

COSTA, Eduardo José M.; DIAS, Elizabeth do Socorro dos Santos e; SILVA, Tatiane Vianna da; **A Lei Kandir e o Estado do Pará: Inconstitucionalidades, Perdas e Impactos na capacidade de promoção de políticas públicas**. Belém: Marques Editora, 2015.

DAVIS, Graham A. & TILTON, John E. **Should developing countries renounce mining? A perspective on the debate**. 2002. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.468.8759&rep=rep1&type=pdf>.

DENARDIN, Valdir F.; SULZBACH, Mayra T. Capital natural crítico: a operacionalização de um conceito. 2005. Disponível em: http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vi_en/artigos/mesa4/capital_natural_critico.pdf. Acesso em: 24/03/2016.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Discrecionalidade administrativa na Constituição de 1988**. São Paulo: Atlas, 1991.

DIAMOND, Jared. **Colapso. Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Trad. Alexandre Raposo. 4ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

DRUMOND, José Augusto. O manganês do Amapá: o seu papel no desenvolvimento regional e nacional do Brasil (1957-1998). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 11-12, p. 51-69, jan./dez. 2005. Curitiba-PR: Editora UFPR. 2005.

_____. Natureza Rica, Povos Pobres? Questões conceituais e analíticas sobre papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. *In*. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, Scielo n. 10, p. 127-149, 2002.

DULLEY, Richard Domingues. **Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais**. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 51, n.2, p. 15-26, 2004.

DWORKIN, Ronald. **Levando os Direitos a Sério**. Tradução de Nelson Boeira. 3ª Edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade, Canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books, 2012.

ENGLISH NATURE. Establishing criteria for identifying critical natural capital in the terrestrial environment: a discussion paper. **English Nature Research Reports** n. 141, 1995. Disponível em: <http://publications.naturalengland.org.uk/publication/202943>

ENRIQUEZ, Maria Amélia. **Mineração: Maldição ou Dádiva. Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira**. São Paulo: Signus Editora, 2008.

_____. **Trajetórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. Equidade intergeracional na partilha dos benefícios dos recursos minerais: a alternativa dos Fundos de Mineração. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**. Vol. 5: 61-73. 2006. Disponível em: URL <http://ddd.uab.cat/pub/revibec/13902776v5p61.pdf>.

_____. Mineração e Desenvolvimento Sustentável. É possível Conciliar? **Revista Iberoamericana de economia ecológica**, v 12, 2009, p. 51-66.

_____; FERNANDES, Francisco Rego C.; ALAMINO, Renata de C. J. A mineração das grandes minas e as dimensões da sustentabilidade. *In*. **Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial. Grandes Minas**. Vol. I. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. p. 01-18.

FARIAS, Paulo José Leite. **Competência federativa e proteção ambiental**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1999.

FARIAS, Talden. **Licenciamento Ambiental: aspectos teóricos e práticos**. 2ª edição. Belo horizonte: Fórum, 2010.

_____. Da Licença Ambiental e sua Natureza Jurídica. *In* **Revista Eletrônica de Direito do Estado**. Nº 09. Jan/Fev/Mar de 2007. Salvador Bahia. Disponível em < <http://www.direitodoestado.com/revista/REDE-9-JANEIRO-2007-TALDEN%20FARIAS.pdf>>. Acessado em 20/05/2012.

FARIAS, Talden. **Competências legislativas em matéria ambiental**. Jus Navigandi. Teresina, ano 11, n. 1104. 2007. Disponível em <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26435-26437-1-PB.pdf>. Acesso em 01 de março de 2017.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. Normas gerais e competência concorrente: uma exegese do Art. 24 da Constituição Federal. **Revista Trimestral de Direito Público**, São Paulo, n. 7, 1994.

FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih. **O Dever de Recuperar a Área degradada e a Compatibilidade entre Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente na Exploração dos Recursos Minerais**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Programa de Pós-Graduação em Direito. Manaus, 2007.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição brasileira de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1992.

FIGUEIREDO, Yuri J. N. **Mineração e Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Uma análise do Licenciamento Ambiental em projetos minerais na Amazônia.** Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo – USP. Faculdade de Direito. Departamento de Direito Econômico e Financeiro. São Paulo: 2012.

_____. Licenciamento Ambiental da Mineração: Avanços, perspectivas e novos desafios para a efetividade da norma-princípio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Direito Ambiental.** Ano 18, vol. 72 (out.-dez./2013.) São Paulo: Thompson Reuters/Revista dos Tribunais, 2013.

FIGUEIREDO, Lucas. **Boa Ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697 – 1810).** Rio de Janeiro: Record, 2011

FIGUEIRÓ, Fabiana da Silva e; COLAU, Suzane Girondi. **Competência legislativa ambiental e aplicação da norma mais restritiva como forma de resolução de conflitos: uma análise crítica.** Veredas do Direito, Belo Horizonte • v.11 • n.21 • p.255-280 • Janeiro/junho de 2014.

FILHO, Aurélio Pitanga Seixas. Natureza jurídica da Compensação Financeira pela exploração dos Recursos Minerais. In. **Grandes Questões atuais do Direito Tributário.** 2º vol. São Paulo: Dialética, 1998. p. 27-38.

FILHO, Edson de Oliveira, ACETI JR, Luiz Carlos; MURAD, Samir Jorge e; GRAU NETO, Werner (coord.). **Advocacia Ambiental: Segurança Jurídica para Empreender.** Rio de Janeiro: Lúmen Juris Editora, 2009

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

FLEURY, José Maria. **Curso de geologia básica.** Goiânia: Editora da UFG, 1995.

FRANCO, Dmitri Montanar. **Responsabilidade Civil pelo Dano Ambiental na Mineração: aplicação das excludentes de responsabilidade.** Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas-SP. Instituto de Geociências. 2007.

FREIRE, Wiliam. **Características da Mineração e seus Reflexos no Direito Minerário**. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=54>. Acessado em: 18.10.2011.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

FURRIELA, Rachel Biderman. **Democracia, Cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2009.

_____. **Teoria e Política do desenvolvimento econômico**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GANEN, Roseli Senna (coord.); JURAS, Ilídia A. G. M.; VIANA, Maurício B.; MERCADANTE, Maurício; ARAÚJO, Suely M. V. G.; BRASILEIRO, Verônica M. M. **Avaliação Ambiental Estratégica**. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2014.

GODOY, André Vanoni de. **Eficácia do Licenciamento Ambiental como um Instrumento Público de Gestão do Meio Ambiente**. Brasília: OAB Editora, 2005.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação e Crítica)**. 8ª ed. São Paulo: editora Malheiros, 2003.

_____. **Por que tenho medo dos juízes (a interpretação/aplicação do direito e dos princípios)**. 6ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2013.

GUIVANT, Julia S. A Teoria da Sociedade de Risco de Ulrich Beck. Entre o Diagnóstico e a profecia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 16 de abril de 2001. p. 95-112.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons (1968). **Science** 162 (3859): 1243–1248. Disponível em

<http://eesc.columbia.edu/courses/v1003/lectures/population/Tragedy%20of%20the%20Commons.pdf>. Acessado em 23/12/2011.

HERMANN, Hildebrando. **Mineração e Meio Ambiente: Metamorfoses Jurídico-Institucionais**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de São Paulo, Instituto de Geociências, São Paulo: 1995.

_____; POVEDA, Eliane; SILVA, Marcus Vinicius. **Código de Mineração de 'A' a 'Z'**. 2ª edição. Campinas/SP: Millennium editora, 2010.

HOFMANN, Rose Mirian. **Gargalos do Licenciamento Ambiental Federal no Brasil**. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2015.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Estudo da Cadeia Produtiva do Alumínio na Região Norte do Brasil (Pará e Maranhão)**. Florianópolis – SC: Instituto Observatório Social, 2008.

Instituto Socioambiental – ISA. **Dossiê Belo Monte. Não há condições para a Licença de Operação**. São Paulo: Programa Xingu – Instituto Socioambiental, 2015. Disponível em https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/31046_20150701_170921.pdf

KRELL, Andreas J. **Discrecionalidade Administrativa e Conceitos Legais Indeterminados: limites do controle judicial o âmbito dos interesses difusos**. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

KRULL, André. Proporcionalidade e condicionantes na licença ambiental. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, ano 17, n. 3310, 24 de julho de 2012. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/22262/a-aplicacao-da-proporcionalidade-no-estabelecimento-de-condicionantes-na-licenca-ambiental/1>

LEITÃO, Alejandro; IRFFI,Guilherme. e; LINHARES, Fabricio. Avaliação dos Efeitos da Lei Kandir Sobre a Arrecadação de ICMS no Estado do Ceará. *In*. IPEA, **Revista Planejamento e políticas públicas** | ppp | n. 39 | jul./dez. 2012, p. 37-63

LEUZINGER, Marcia Diequez, CUREAU, Sandra. **Direito Ambiental**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LIMA, Maria H. R.; FERNANDES, Francisco do Rego C.; TEIXEIRA, Nilo da Silva. **Adequação de um Município Minerador aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas**. Contribuição Técnica Elaborada para o XXIII Encontro Nacional de Tratamento de Minérios e Metalurgia Extrativa – Rio Grande do Sul, Gramado, de 27 de setembro a 01 de outubro de 2009. Rio de Janeiro: CETEM, 2009.

MACHADO, Raymundo C.; LIMA, Maria Helena M. R.. **Implantação do Projeto Trombetas na Amazônia: de 1962 a 1972**. CTEM. 62º Congresso Anual da ABM, 23 a 27 de julho de 2007, Vitória – ES.

MACHADO HORTA, Raul. **Estudos de Direito Constitucional**. Belo Horizonte. Del Rey, 1995.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira; STEIGLEDER, Annelise; CAPPELI, Sílvia. **Direito Ambiental**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011.

MARIN, Rosa Elizabeth A. **Camponeses e conflitos socioambientais na região do Trombetas**. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002, Porto Alegre - RGS. Sustentabilidade e democratização das sociedades rurais da América Latina. Porto Alegre: Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 2002. v. 1. p. 163-163.

_____; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Práticas agro-extrativistas de grupos negros do Trombetas. In: Edna Castro e Florence Pinton. (Org.). **Faces do Trópico Úmido: Conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente**. 1ed. Belém: CEJUP:UFPA/NAEA, 1997, v. 1, p. 375-398.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso. Uma estratégia de pesquisa**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

MÁRTIREZ, Raimundo Augusto Corrêa. **Mineração no Pará. Da pesquisa à transformação mineral**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas-SP. Instituto de Geociências. 1997.

MECHI, Andrea; SANCHES, Djalma Luiz. Impactos Ambientais da Mineração no Estado de São Paulo. In. **Revista de Estudos Avançados**, vol. 24, número 68. São Paulo: Janeiro/Abril de 2010. p. 209.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 8ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MELO, Marcus André. Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal”: efeitos perversos da descentralização? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n. 3, p. 11 – 20, jul-set 1996.

MENDES, Gilmar F.; COELHO, Inocêncio M.; BRANCO, Paulo G. Gonet. (orgs.) **Curso de Direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 10ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MONOSOWSKI, Elisabeth. **Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil**. Cadernos FUNDAP. São Paulo. Ano 09. Nº 16. p. 15-24. JUN/1989. Disponível em <<http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/cadernos/cad16/Fundap16/POLITICAS%20AMBIENTAIS%20E%20DESENVOLVIMENTO%20NO%20BRASIL.pdf>>.

MONZONI, Mario; BIDERMAN, Rachel; FERRAZ, Cecília; PINTO, Daniela Gomes (org.). **JURUTI SUSTENTÁVEL: Uma proposta de modelo para o Desenvolvimento Local (2008)**. Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (GVces), ALCOA e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). São Paulo, 2008.

MONZONI, Mario; FERRAZ, Cecília; PINTO, Daniela Gomes (coord.) **Indicadores de Juruti. Monitoramento 2011**. Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (GVces), ALCOA e Prefeitura Municipal de Juruti. 2011.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral**. Novos Cadernos, v. 6, n. 2, p. 113 -168, dez. 2003. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA/UFPA. Belém: 2003.

_____. **Lições de Meio Século de Mineração Industrial**. Revista Brasil Mineral, Nº 253. Agosto, 2006. pág. 56-70. Disponível em: http://www3.ufpa.br/projetomineracao/publicacoes_estrut2.htm. Acessado em 12/09/2012.

_____. **Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. In: Estudos Avançados, vol.19, no.53, p.187-207. São Paulo: IEA, 2005.

MORAIS, Raimundo. **Gestão Ambiental e Deliberação Democrática. Limites e potencialidades do licenciamento ambiental como instrumento de participação política e controle.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências Jurídicas. Belém: 2007.

MOTA, Diana Meirelles da.; PÊGO, Bolívar (orgs.). **Licenciamento ambiental para o desenvolvimento urbano: Avaliação de instrumentos e procedimentos.** – Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

NOBRE, Marcos e AMAZONAS, Maurício C. **Desenvolvimento sustentável: A Institucionalização de um conceito.** Brasília: Edições IBAMA, 2002.

NOGUEIRA, Luciana Rangel. **Direito minerário brasileiro e as restrições à propriedade superficiária.** Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. Campinas, 2004.

NUNES, Paulo Henrique F. **Meio Ambiente e Mineração. O desenvolvimento sustentável.** Curitiba: Juruá, p. 67-134

NUSDEO, Ana Maria de O. **Pagamentos por Serviços Ambientais. Sustentabilidade e disciplina jurídica.** São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Pagamentos por Serviços Ambientais no Brasil. Elementos para uma regulamentação ambientalmente íntegra e socialmente justa.** Tese de Livre-Docência. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2011.

_____. O uso de instrumentos econômicos nas normas de proteção ambiental. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 101, p. 357-379, 2005.

_____. O papel dos mercados na proteção ambiental. **Revista Jurídica do Ministério Público de Mato Grosso**, v. 5, p. 119-128, 2008.

NUSDEO, Fábio. **Desenvolvimento e Ecologia.** São Paulo: Saraiva, 1975.

OLIVEIRA, Maria Cristina C. Atividades impactantes. Licenças e autorizações administrativas. **Revista Bimestral de Direito Público**, n 60, mar/abr 2010, p. 191-206.

OLIVEIRA, Régis Fernandes. **Curso de direito financeiro**. 2. ed. São Paulo: RT, 2008.

Pará. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará – FAPESPA.

Estimativa das perdas de arrecadação do ICMS de energia elétrica no estado do Pará (2004 – 2014). Belém: FAPESPA, 2016.

Pará. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará – FAPESPA.

Estimativa das perdas de arrecadação dos Estados com Desonerações nas exportações da Lei Kandir (1997 – 2015). Nota Técnica. Belém: FAPESPA, 2016.

PENNA, Paulo C. V. Aspectos Fundamentais para se analisar as contribuições da Mineração ao Brasil no âmbito das discussões sobre as mudanças no código mineral. *In*. **Setor Mineral: Rumo a um novo Marco Legal**. Câmara dos Deputados, Setor de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica. Brasília-DF, 2011.

PEREIRA, Pedro Jorge Campello Rodrigues. **Desafios do licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas: um estudo de caso da UHE Itapebi**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas, Estratégias e Desenvolvimento, 2011.

POVEDA, Eliane. **A Eficácia Legal da Desativação de Empreendimentos minerários**. São Paulo: Signus Editora, 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 51ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

PRESTES, Vanêscia Buzelato. Instrumentos Legais e Normativos de competência municipal em matéria ambiental. *In*: **Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDU**, v. 1, n. 1, p. 26-33, jan/fev. 2002.

QUEIRÓ, Afonso Rodrigues. Os limites do poder discricionário das autoridades administrativas. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 97, p. 1-8, jan. 1969. ISSN 2238-5177. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/32546/31362>>. Acesso em: 26 Fev. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v97.1969.32546>.

RAMOS, Dircêo Torrecillas (coord.) **O Federalista Atual. Teoria do Federalismo**. Belo Horizonte: Arraes editores, 2013.

RÊGO, Andressa Guimarães Torquato Fernandes. Uma análise acerca da classificação das receitas petrolíferas na lei orçamentária. *In*. CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury (coords.). **Orçamentos Públicos e direito financeiro**. São Paulo: Ed. RT, 2011.

_____. **Royalties do petróleo e orçamento público: uma nova teoria** [livro eletrônico]. São Paulo: Blucher, 2016.

RIBEIRO, Marilda Rosário de Sá (org.). **Novos Rumos do Direito do Petróleo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

RICARDO, Fany; ROLLA, Alicia (orgs). **Mineração em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

ROSS, Michael L. **A maldição do Petróleo. Como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações**. Porto Alegre: CDG, 2015.

SÁ, Paulo C. e MARQUES, Izabel. Análise Crítica da Política Mineral. **Brasil Mineral**, 1988, vol. 50, parte III.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável – Idéias Sustentáveis**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Rumo à Ecosocioeconomia. Teoria e Prática do Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Jeffrey D. & STIGLITZ, Joseph E. (Orgs.). **Scaping the Resource curse**. New York: Columbia University Press, 2007

SADELEER, Nicolas de. Comentários sobre o status no Direito Internacional dos três princípios ambientais. *In*. VARELLA, Marcelo D.; e BARROS-PLATIAU, Ana Flavia (orgs). **Proteção internacional do meio ambiente**. Série Direito Ambiental, vol. 4. Brasília: Unitar, UniCEUB e UnB, 2009.

SALOMÃO FILHO, Calixto; FERRÃO, Brisa Lopes de Mello; e RIBEIRO, Ivan César. **Concentração, Estruturas e Desigualdade: As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda**. São Paulo: Idciid, 2006.

SANCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental. Conceito e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Oficina dos Textos, 2013.

_____. **Avaliação Ambiental Estratégica e sua aplicação no Brasil**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2008 (boletim técnico).

SCABIN, Flávia S.; PEDROSO, Nelson S. e Cruz, Julia C. Judicialização de grandes empreendimentos no Brasil: uma visão sobre os impactos da instalação de usinas hidrelétricas em populações locais na Amazônia. **Revista Pós Ciências sociais**, v 11, n 22, jul/dez, 2014, p. 129-150.

SCAFF, Fernando Facury; ATHIAS, Jorge Alex (Org.). **Direito tributário e econômico aplicado ao meio ambiente e à mineração**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

SCAFF, Fernando Facury. **Royalties do Petróleo, Mineração e Energia. Aspectos constitucionais, financeiros e tributários**. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2014.

_____. A desoneração das exportações e o fundo da Lei Kandir – Análise com foco no setor mineral. *In* **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico – RFDFFE** / Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 39-56, mar./ago. 2012.

_____. O Estatuto mínimo dos contribuintes. *In*. MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Direitos Fundamentais do contribuinte**. Pesquisas Tributárias – Nova Série 6. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010

_____. SCAFF, Fernando Facury. **Esquizofrenia no planejamento da infraestrutura aumenta os gastos**. Coluna “contas à vista”. *Conjur*. Disponível em:

<http://www.conjur.com.br/2015-jan-27/contas-vista-esquizofrenia-planejamento-infraestrutura-aumenta-gastos>.

SCHMIDHEINY, Stephan. **Changing Course: A global business perspective on development and the environment**. Massachusetts Institute of Technology. 1992.

SCLIAR, Claudio. **Geopolítica das Minas no Brasil. A importância da mineração para a sociedade.** Rio de Janeiro, Revan, 1996.

_____. **Mineração e geodiversidade do Planeta Terra.** São Paulo: Signos, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEROA DA MOTA, Ronaldo. Instrumentos Econômicos e Política Ambiental. In. **Revista de Direito Ambiental**, n. 20, São Paulo: Editora dos Tribunais, 2000.

SERRA, Silvia Helena; ESTEVES, Cristina Campo. **Mineração. Doutrina, jurisprudência, legislação e regulação setorial.** São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, Ana Cláudia Cruz da. **O Licenciamento Ambiental para os projetos de mineração no Pará: uma avaliação do caso da mineração Rio do Norte.** Belém: Ed. Paka-Tatu, 2003.

SILVA, Maria Amélia Rodrigues da. Efeitos da Gestão Ambiental das Empresas Mínero-Metalúrgicas da Amazônia Oriental (Estado do Pará). In. **Anais do V Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente.** São Paulo: FEA-USP/FGV, p. 519-534.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. O Direito Ambiental Internacional. In **Revista Forense**, nº 317.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional.** 8ª edição. São Paulo: Ed. Malheiros, 2010.

SIMÕES, Helena Cristina G. Q. Mineração: **Perspectiva de Sustentabilidade a partir do Direito Ambiental.** Planeta Amazônia - revista internacional de direito ambiental, v. 2, p. 127-138, 2010.

SIROTHEAU, Glória Janaina de Castro. **Aspectos da legislação mineral e paramineral que afetam a atividade de mineração.** 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências, Campinas, 1996.

SOARES, Murilo Rodrigues da Cunha. **ICMS sobre Energia Elétrica**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

SOUZA, Patrícia F. **As Minas de bauxita e a Reestruturação do Médio-Baixo Amazonas-PA**. In: VI Encontro Nacional da ANPEGE. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2005.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Aspectos controvertidos do licenciamento ambiental**. Publicado no site da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.abrampa.org.br>. Acesso em 11 Abr 2009.

STRECK, Lênio. **Do pamprincipiologismo à concepção hipossuficiente de princípio Dilemas da crise do direito**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496574/000952675.pdf?sequence=1>.

TAVARES, Aderli Góes (coord.) SIS Fronteiras UFPA. **Diagnóstico Local do Município de Oriximiná/PA**. Belém, PA, UFPA/MS, 2009.

TILTON, John E. **Is Mineral Depletion a Threat to Sustainable Mining?** 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254776756_Is_Mineral_Depletion_a_Threat_to_Sustainable_Mining.

TORRES, Heleno Taveira. A compensação financeira devida pela utilização de recursos hídricos, exploração de recursos minerais ou produção de petróleo, xisto betuminoso e gás natural (art. 20, § 1º, CF) – sua natureza jurídica. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Org.). **Grandes questões atuais do direito tributário**. São Paulo: Dialética, 1998.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

TOSTES, José Alberto; REZENDE, Tatiana; CORDEIRO, Nathalia França; BARROZO, Joelson M. **Serra do Navio o mito da cidade construída no meio da selva**. Anais do IV

TRENNEPOHL, Terence D. **Direito Ambiental**. 4ª edição. Salvador/BA: Editora *Jus Podivm*, 2009.

VALE, Eduardo. Mineração e Desenvolvimento Sustentável: A dimensão econômica na escolha de indicadores. In: **Indicadores de Sostenibilidad para la Industria Extractiva**

Mineral. Ed. Roberto C. Villas Bôas y Christian Beinhoff. Rio de Janeiro: CNPq/CYTED, 2002

VARSAÑO, Ricardo. **Fazendo e desfazendo a Lei Kandir.** Texto para debate IDB-DP-304. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Divisão de Gestão Fiscal e Municipal (IFD/FMM).

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 3ª Ed., 2008.

_____. Meio Ambiente e Desenvolvimento. Série Meio Ambiente, 5/José de Ávila Aguiar Coimbra (coord). São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. RECURSO NATURAL: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 20, p. 09-17, apr. 2006. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74004>>.

VIANA, Maurício Boratto. **Licenciamento Ambiental de Minerações em Minas Gerais: Novas abordagens de gestão.** Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS. 2007.

VIEIRA, Wilson. O subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado. um diagnóstico dinâmico (1950-64). **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p.191-201, jan.-jun. 2012.

WEISS, Edith Brown. *In Fairness to Future Generations: International Law, Common Patrimony, and Intergenerational Equity.* Tokio: The United Nations University & New York : Transnational Publishers, Inc, 1989.

ZHOURI, Andréa (Org.). **As tensões do lugar. Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.